



Plano de Ação 2021

Apresentação

A ANDI – Comunicação e Direitos apresenta seu Plano de Ação para o exercício de 2021, com fulcro na Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social, conhecida como LOAS) e demais legislações referentes ao tema.

Em conformidade com a missão da ANDI, os projetos abarcados pelo presente planejamento são focados na promoção dos direitos humanos, dos direitos da infância e da juventude, da inclusão social e do desenvolvimento sustentável a partir de ações no âmbito do jornalismo.

Além disso, a entidade assumiu a secretaria executiva da Rede Nacional pela Primeira Infância (RNPI) pelo triênio 2018 – 2020. Por isso, foram firmadas diversas parcerias voltadas à defesa e garantia dos direitos das crianças de zero a seis anos de idade. No entanto, devido à pandemia do coronavírus, a ANDI foi convidada pelo Grupo Diretivo da Rede a estender seu mandato até dezembro de 2021.

As iniciativas que constam no plano inicial para 2021 têm como parceiros e financiadores: Petrobras, Instituto Alana, Fundação Bernard van Leer, Porticus, Open Society Foundations, PNUD, Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Instituto Arcor.

Assim sendo, os projetos são apresentados individualmente, no tópico de número 4 (Identificação das ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos), apontando o público-alvo; capacidade de atendimento; recursos humanos e financeiros envolvidos; abrangência territorial e identificação das ações de assessoramento, defesa e garantia de direitos.

O Plano de Ação 2021 da ANDI abrange outros dados como as finalidades estatutárias, objetivos, origem dos recursos e infraestrutura. Para iniciar o plano, há uma breve narrativa sobre a história da ANDI.

Histórico da ANDI

Criada há 29 anos, a ANDI é uma entidade sem fins lucrativos que atua na promoção da defesa e garantia dos direitos humanos, da inclusão social e desenvolvimento sustentável e das políticas de comunicação. Suas ações fundamentam-se na difusão e enrobustecimento de um diálogo profissional e ético entre redações, associações da imprensa, faculdades de comunicação, poderes públicos, organismos internacionais, setor privado e sociedade civil, com base nos princípios da mídia para o desenvolvimento.

Durante sua trajetória, a ANDI recebeu mais de 50 prêmios, homenagens, condecorações, títulos e menções honrosas, como o Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo; Prêmio Líbero Badaró; Prêmio Criança e Paz, concedido pelo UNICEF; Prêmio UNESCO; Prêmio Criança, concedido pela Fundação Abrinq e outros.

A tecnologia social construída pela ANDI passou a ser reaplicada de forma abrangente, levando à formação de duas redes: Rede ANDI Brasil (entre 2000 e 2013, atuante em 12 unidades da Federação) e Rede ANDI América Latina (desde 2003 presente em 13 países).

A ANDI reavaliou seus propósitos e ressignificou sua existência, em 2011, depois de analisada a crescente contribuição e incidência em outras áreas temáticas. Desde então, passou a ser denominada **ANDI – Comunicação e Direitos**, tendo a sua missão ampliada, manifestando-se segundo três vetores: **Infância e Juventude, Inclusão e Sustentabilidade e Políticas de Comunicação.**

A partir de janeiro de 2018, a ANDI assumiu a secretaria executiva da Rede Nacional pela Primeira Infância (RNPI) pelo triênio que findará em dezembro de 2020, mas foi prorrogado até dezembro de 2021 por conta da pandemia do coronavírus. A RNPI é a maior rede para defesa da Primeira Infância do Brasil. Pelo amplo escopo dos seus mais de 260 membros (sociedade civil, representantes governamentais, institutos e fundações públicas e privadas, organizações do sistema ONU, universidades etc.), a sua

capacidade de articulação e poder de *advocacy* ganha ascensão nacional e força regional, atuando para o desenvolvimento integral da criança pequena por meio de ações intra e intersetoriais.

1. Identificação da entidade

Nome: ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância

Nome Fantasia: ANDI – Comunicação e Direitos

Endereço: SDS Ed. Miguel Badya, Bloco L, Sala 318 – Brasília/DF CEP: 70394-901

CNPJ: 36.751.345/0001-24

Missão: Potencializar a comunicação como instrumento de garantia de direitos e promoção da diversidade e da inclusão social para o enfrentamento das desigualdades estruturais.

Visão: Ser agente de transformação em prol da construção e qualificação de políticas de proteção social e ambiental por meio de estratégias de comunicação.

Valores da ANDI:

- ❖ Valorização da diversidade;
- ❖ Promoção da equidade;
- ❖ Pluralidade de ideias;
- ❖ Ética e transparência
- ❖ Transformação social;
- ❖ Compromisso com a qualidade;
- ❖ Construção coletiva e participativa;
- ❖ Engajamento e afetividade.

2. Origem dos recursos

Os recursos que serão geridos no ano de 2021 são oriundos de fontes públicas e privadas.

Origem do recurso	Fonte
Organização Nacional	Instituto Alana
Organizações Internacionais	Instituto Arcor
	Fundação Bernard van Leer
	Organização Internacional do Trabalho (OIT)
	Open Society Foundations
	PNUD
	Porticus
Sociedade de Economia Mista	Petrobras

3. Infraestrutura

A ANDI desenvolve suas atividades em sede situada no Edifício Miguel Badya, bloco L, no Setor de Diversões Sul, ponto estratégico, no centro da Capital Federal. A estrutura física da instituição é composta por duas salas alugadas no local (316 e 318).

O espaço contém escritório da Diretoria Executiva, Controladoria, estações de trabalho, sala de reuniões, banheiro e uma copa.

Em relação aos recursos humanos, a instituição conta com uma equipe diversificada, composta por profissionais comprometidos com a promoção dos direitos humanos, dos direitos da infância e da juventude, da inclusão social e do desenvolvimento sustentável.

EQUIPE ANDI	
NOME	CARGO
Miriam Izabel Albernaz Cordeiro	Diretora Executiva
Ana Potyara Tavares	Diretora Administrativa Financeira
Jaqueline Silva	Assistente Financeira
Mariana Rodrigues da Silva	Auxiliar Administrativa
Antônia Conceição	Auxiliar Administrativa

Luciana Abade	Gerente de Comunicação
Eduardo Schwarz	Gerente de Projetos
Flávia Falcão	Jornalista
Rafael Chaves	Estagiário
Ivanete Cardoso	Serviços Gerais

CONSULTORES DA ANDI
Ana Flávia Flôres
Breno Procópio
Diana Barbosa
João José Miguel (Veet Vivarta)
Thais Malheiros Gawryszewsky
Vital Didonet

ASSEMBLEIA GERAL DA ANDI	CONSELHO FISCAL DA ANDI
Antonio Augusto Gomes da Silva	Marilene Oliveira Lobo Assis Gonçalves Marcus Philipe Assis Araruna
Fábio Luís de Oliveira Rosa	
Marcos Muccillo Daudt	

4. Identificação das ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos

Projeto: Incidência sobre Políticas para a Primeira Infância: Enfrentando Desigualdades	
Público-alvo	O projeto tem como beneficiários diretos os atores sociais vinculados, de alguma forma, à agenda da Primeira Infância, tanto no âmbito estatal (gestores públicos, legisladores, membros do sistema de Justiça, conselheiros tutelares) quanto da sociedade civil (pesquisadores, lideranças sociais, profissionais das fundações empresariais, jornalistas).

Capacidade de atendimento	O projeto não envolve ações de atendimento direto à primeira infância, mas contribui para avanços de amplo escopo implementados pelos órgãos governamentais em todas as esferas, visando beneficiar a população correspondente à faixa etária até seis anos, garantindo direitos à assistência social, saúde, educação, cultura, saneamento e planejamento urbano.
Recursos financeiros a serem utilizados	R\$ 557.420,00
Financiador	Porticus
Recursos humanos envolvidos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Equipe da ANDI, membros da RNPI, além de parcerias com outras instituições elencadas a seguir: ❖ Fundação Bernard van Leer; ❖ PNUD; ❖ Open Society Foundations.
Abrangência territorial	Nacional
Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano	<p>ELABORAÇÃO: O projeto visa ao enfrentamento da atual conjuntura brasileira no tocante ao retrocesso dos direitos humanos, especialmente da infância e adolescência, acentuado após as eleições de 2018 e da pandemia do novo coronavírus. O projeto se estrutura em torno de duas abordagens: a primeira direcionada à sistematização e disseminação de indicadores relacionados às políticas públicas focadas na primeira infância por intermédio da plataforma digital Observa. A segunda vertente busca o fortalecimento da capacidade de incidência técnica e política da RNPI com vistas a fomentar avanços nos marcos legais, programas e políticas voltadas à população de até seis anos de idade.</p> <p>EXECUÇÃO: O projeto prevê a realização de uma série de ações ao longo de sua execução, tais quais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Realização de oito reuniões de diálogos com especialistas sobre temas estratégicos no Congresso Nacional; ❖ Publicação de notas e/ou manifestos nas mídias digitais da RNPI e participação em eventos realizados por instituições parceiras no campo da garantia de direitos da primeira infância; ❖ Elaboração e distribuição de 24 boletins por <i>mailing</i>; ❖ Construção de forma participativa de um documento de Planejamento Estratégico da RNPI 2021-2024; ❖ Realização de oito momentos/oficinas de formação; ❖ Realização de 10 reuniões virtuais de Comissões Temáticas e/ou Grupos de Trabalho e 02 encontros virtuais entre integrantes das REPIS (um por ano);

	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Atualização de 44 indicadores com os dados mais recentes (sobre assistência social, educação e saúde) disponíveis nas bases de dados federais; ❖ Divulgação do conjunto de indicadores divulgados no Observa; ❖ Elaboração de um documento contendo resultados do levantamento de informações de municípios participantes do curso EaD; ❖ Elaboração de 01 vídeo e 01 material didático em texto sobre as funcionalidades do Observa, integrados ao curso EaD de elaboração dos Planos Municipais pela Primeira Infância; ❖ Oferta de uma edição do curso de EaD de elaboração dos Planos Municipais pela Primeira Infância para gestores e gestoras de municípios cujos mandatários assinaram o Termo de Compromisso do Projeto Criança é Prioridade durante o processo eleitoral 2020. <p>AVALIAÇÃO: Informações e dados gerados ao longo do projeto servirão de base para a avaliação final. O projeto prevê a contratação de um consultor externo que coordenará o processo de avaliação. Esse profissional definirá a metodologia e os procedimentos a serem adotados, além de implementar todas as etapas do processo.</p> <p>MONITORAMENTO: O monitoramento das ações é constante, por meio do acompanhamento feito por planilhas que são atualizadas periodicamente, conforme os processos são iniciados, desenvolvidos e concluídos.</p>
--	---

Projeto: Primeira Infância é Prioridade	
Público-alvo	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Gestores governamentais; ❖ Lideranças da sociedade civil; ❖ Comunidade acadêmica; ❖ Jornalistas; ❖ Pais, mães e cuidadores.
Capacidade de atendimento	Estima-se que o projeto atenda 1.054 participantes diretos e 7.200 eventuais.
Recursos financeiros a serem utilizados	R\$ 1.618.772,00
Financiador	Petrobras
Recursos humanos envolvidos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Equipe da ANDI e colaboradores; ❖ Organizações integrantes da RNPI.
Abrangência territorial	Nacional
Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou	ELABORAÇÃO: As ações propostas pelo Projeto foram formuladas pela equipe da ANDI, tendo como base o Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016), bem

<p>estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano</p>	<p>como as demais Leis e Resoluções próprias à Política de Assistência Social, com o intuito de incidir sobre os processos de formulação e implementação das políticas públicas dirigidas à Primeira Infância por meio da mobilização social, da construção de conhecimento e de estratégias de comunicação, visando garantir prioridade a essa agenda em âmbito local e nacional.</p>
	<p>EXECUÇÃO: Para atingir os objetivos do projeto, foram planejadas ações de capacitação e monitoramento de gestores públicos, membros da sociedade civil, comunicadores e jornalistas. A mobilização também qualificará para mães, pais, cuidadores, educadores e profissionais de saúde. Além disso, o planejamento para 2021 engloba:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Atualização dos indicadores de Educação e de Assistência Social do Observa já disponíveis para o ano mais recente; ❖ Webinar sobre Educação Infantil, tendo como uma das referências os indicadores do Observa; ❖ Webinar sobre responsabilidade social corporativa e Primeira Infância, tendo como uma das referências os dados gerados pelo Observa sobre o Programa Empresa Cidadã; ❖ Mapeamento de eventuais mudanças de gestão nas prefeituras de 150 municípios brasileiros, incluídos os 15 municípios considerados prioritários pela Petrobras (incluí oferta de cursos EaD para gestores em nova turma sobre formulação e implementação do PMPI) ; ❖ Desenvolvimento de 40 oficinas participativas com foco na Primeira Infância junto a 05 comunidades do Rio de Janeiro; ❖ Realização de 08 oficinas em formato híbrido (online e presencial) adotando a metodologia da Ação Caminhos Lúdicos do Grande Mucuripe nas áreas públicas ao redor dos postos de saúde das 04 comunidades; ❖ Produção e edição de uma websérie jornalística-documental composta por 04 vídeos sobre temas relacionados ao "Direito da criança à cidade e ao meio ambiente" e realização de Seminário sobre a mesma temática; ❖ Apresentação de análise da cobertura jornalística sobre a agenda da Primeira Infância com base em notícias publicadas em 2018 e 2019; ❖ Fomentação da presença de temas estratégicos da agenda da Primeira Infância na mídia brasileira, por meio do apoio à produção de reportagens especiais;

	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Oferta de disciplina sobre mídia e direitos da criança e adolescente (incluindo temas de Primeira Infância) em parceria com faculdades de Comunicação de diversas regiões do país; ❖ Webinar sobre formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas para a Primeira Infância; ❖ Impressão de 3 mil exemplares da versão atualizada do PNPI; ❖ Impressão de 2.500 exemplares da versão atualizada do PMPI; ❖ Diplomação de Jornalistas Amigos da Criança; ❖ Lançamento da análise de mídia sobre a primeira infância. <p>AVALIAÇÃO: A avaliação terá critérios de verificação estabelecidos segundo a ação desenvolvida. Em relação aos cursos de capacitação à distância, serão conferidos as listas de certificados emitidos ao final de cada edição do curso e o número de participantes capacitados a trabalhar pela elaboração e implementação dos Planos Municipais pela Primeira Infância. No tocante à mobilização, monitoramento e capacitação da mídia, a estimativa resultará da análise do total de reportagens veiculadas sobre os temas da agenda da Primeira Infância e correlatos. As demais ações serão verificadas pela análise dos percentuais de avaliações positivas obtidas junto ao público-alvo.</p> <p>MONITORAMENTO: O projeto é monitorado constantemente por meio de planilhas de acompanhamento nas quais são feitas anotações a respeito das fases de implementação de cada ação proposta.</p>
--	---

Projeto: Fortalecer a RNPI no Cumprimento de sua Missão de Defesa, Promoção e Garantia dos Direitos da Primeira Infância	
Público-alvo	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Profissionais das organizações que compõem a RNPI ❖ Jornalistas ❖ Comunicadores ❖ Gestores Públicos
Capacidade de atendimento	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Membros da RNPI ❖ 30 jornalistas por ano ❖ 200 participantes municipais das classes de EaD
Recursos financeiros a serem utilizados	R\$ 224.488,00
Financiador	Fundação Bernard van Leer

Recursos humanos envolvidos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Secretaria Executiva da ANDI ❖ Coordenação do Projeto ❖ Assistente Financeiro ❖ Jornalista ❖ Assistente Financeira ❖ Auxiliar Administrativa ❖ Consultores
Abrangência territorial	Nacional
Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano	<p>ELABORAÇÃO: O presente projeto surgiu como estratégia para fortalecer a Rede Nacional pela Primeira Infância, com vistas a potencializar as ações voltadas para a temática da Primeira Infância, atuando com base em quatro eixos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Governabilidade e sustentabilidade institucional; ❖ Capacitação e engajamento das mídias em PI via comunicação; ❖ Implementação do Marco Legal da Primeira Infância; ❖ <i>Advocacy</i> – Defesa contínua da Primeira Infância, fortalecimento dessa temática junto aos gestores públicos e sociedade. <p>EXECUÇÃO: Da necessidade de enrobustecer a RNPI, originou-se o presente planejamento que abarcou as seguintes ações previstas para 2021:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Participação e incidência em eventos; ❖ Elaboração e publicação de cartas e manifestos; ❖ Atualização e disseminação de informações referentes à PI e RNPI (site, mídias sociais, e-mails e plataforma de EaD); ❖ Produção de boletins; ❖ Constante atualização do Observa (Observatório do MLPI) que oferece biblioteca como fonte de consulta a materiais técnicos e didáticos muito utilizados como fonte para matérias pela mídia; ❖ Implementação do Plano de Sustentabilidade da RNPI; ❖ Continuidade do processo de monitoramento e avaliação do impacto das ações da RNPI pelo Brasil; ❖ Avaliação da cobertura jornalística da grande mídia e da mídia regional sobre PI de 2018 a 2019; ❖ Elaboração de pautas especiais sobre PI; ❖ Continuidade do mapeamento dos principais dispositivos do MLPI em implementação em 152 municípios brasileiros; ❖ Continuidade do mapeamento nos MLPI, particularmente em respeito à implementação de políticas de educação, assistência social e saúde;

	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Atuação em <i>advocacy</i> para transformar as metas acordadas com os candidatos em lei; ❖ Análise técnica dos Projetos de Lei a partir do posicionamento da RNPI, em especial os relacionados aos ODS; ❖ Desenvolvimento de atividades e estratégias de sensibilização no CONANDA e nos Conselhos Municipais; ❖ Representação e participação nos principais eventos relacionados ao <i>advocacy</i> em PI com o intuito de fortalecer o campo.
	<p>AVALIAÇÃO: A avaliação é a última etapa do projeto, que continua. No entanto, é constante a apreciação dos relatórios de monitoramento concebidos no decorrer de cada fase executada.</p>
	<p>MONITORAMENTO: As atividades serão monitoradas e registradas em relatórios cujo intuito é contribuir para o cumprimento com excelência das metas previstas na elaboração da iniciativa.</p>

Projeto: Advocacy para Promover Políticas Públicas para a Primeira Infância	
Público-alvo	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Membros que compõem a RNPI; ❖ Gestores Públicos; ❖ Poder Executivo (Federal/Estadual/ Municipal); ❖ Poder Legislativo; ❖ Sociedade Civil Organizada
Capacidade de atendimento	A capacidade de atendimento não pode ser mensurada uma vez que o público-alvo é formado por multiplicadores que poderão afetar direta e indiretamente um número expressivo de pessoas.
Financiador	Fundação Bernard van Leer
Recursos financeiros a serem utilizados	R\$ 398.468,00
Recursos humanos envolvidos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Equipe da ANDI; ❖ Consultores; ❖ Especialistas.
Abrangência territorial	Nacional
Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano	<p>ELABORAÇÃO: Visando à potencialização de três dos quatro eixos do projeto “<i>Fortalecer a RNPI no cumprimento de sua missão de defesa, promoção e garantia dos direitos da primeira infância</i>”, foi elaborada esta nova proposta. Os eixos mencionados são:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Governabilidade e sustentabilidade institucional; ❖ Implementação do Marco Legal da PI;

	<p>❖ <i>Advocacy</i> – Defesa contínua da Primeira Infância, fortalecimento dessa temática junto aos gestores públicos e sociedade.</p> <p>Este projeto tem como alicerce quatro objetivos principais: Desenvolvimento e qualificação de um sistema de manejo de dados intersetorial focado na PI (Observatório do Marco Legal da Primeira Infância); Atualização e expansão da plataforma do curso EaD do PNPI; Realização por parte da Rede de atividades de <i>advocacy</i> mais robustas e estruturadas no contexto do parlamento brasileiro e em aliança com a Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância e Desenvolvimento do marco de monitoramento e de governança dentro da RNPI com a proposta de qualificar, monitorar e avaliar atividades-chave do projeto.</p> <p>EXECUÇÃO: O plano de ação para o ano de 2021 abarca as demandas a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Monitoramento de pontos principais de ação do projeto, aplicando elementos da metodologia de design estratégico; ❖ Oferecimento de suporte especializado a municípios específicos com o consultor de parentalidade e Urban95; ❖ Elaboração e implementação de Seminários de Diálogo na Primeira Infância no Congresso Nacional, reunindo parlamentares e especialistas na área; ❖ Sensibilização dos membros do Congresso Nacional para formular novos projetos de lei e/ou priorizar os procedimentos legislativos relativos a projetos de lei estratégicos que serão definidos pela secretaria executiva da RNPI em estreito diálogo com a Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância; ❖ Compilação de uma publicação com artigos sobre as atividades parlamentares voltadas para a agenda da PI; ❖ Monitoramento permanente de procedimentos legislativos para identificar projetos de lei, emendas constitucionais e outras proposições relativas a questões da PI. <p>AVALIAÇÃO: A avaliação é uma ferramenta que envolverá o <i>feedback</i> do monitoramento. Mudanças nos indicadores identificados podem auxiliar no exame dos impactos produzidos pelo projeto. Tal ação oferecerá elementos para a execução de novas iniciativas voltadas à promoção de políticas públicas em PI.</p> <p>MONITORAMENTO: Para monitorar os desdobramentos das demandas previstas no plano, o acompanhamento é constante, por meio de planilhas atualizadas referentes às atividades ainda em desenvolvimento e às tarefas</p>
--	---

	concluídas. O monitoramento permite reformular estratégias e aprimorar resultados.
--	--

Projeto: A Primeira Infância na Agenda Pública: Consolidando e Otimizando o Plano Estratégico de Atividades da RNPI para Fomentar os Marcos Legais e as Políticas da PI no Brasil	
Público-alvo	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Organizações-membro da RNPI; ❖ Lideranças da sociedade civil organizada; ❖ Governantes; ❖ Gestores estaduais e municipais de políticas voltadas para a primeira infância; ❖ Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância; ❖ Parlamentares do Congresso Nacional Brasileiro.
Capacidade de atendimento	A capacidade de atendimento não pode ser mensurada uma vez que o público-alvo é formado por multiplicadores que poderão afetar direta e indiretamente um número expressivo de pessoas.
Financiador	Fundação Bernard van Leer
Recursos financeiros a serem utilizados	R\$ 508.950,00
Recursos humanos envolvidos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Equipe ANDI; ❖ Equipe RNPI.
Abrangência territorial	Nacional
Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano	<p>ELABORAÇÃO: O projeto destina-se a fortalecer três dos principais pilares que compõem o Plano de Ação 2018-2021 da RNPI e também a influenciar a legislação e as políticas voltadas à Primeira Infância por meio do cumprimento de quatro objetivos específicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Apoiar o processo de transição da Secretaria Executiva (SE) de forma a garantir o acesso a todas as informações e procedimentos necessários ao funcionamento eficiente da nova instituição, produzindo também um relatório sobre os quatro anos de gestão da ANDI como SE; 2. Desenvolver um plano estratégico para a Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância e implementá-lo, realizando um conjunto robusto de atividades de <i>advocacy</i> no âmbito do Congresso Nacional Brasileiro; 3. Capacitar governantes e lideranças da sociedade civil para ampliar o número de Planos Municipais de Primeira Infância (PMPis) desenvolvidos e implantados, por meio de um curso de educação à distância para 300 pessoas e de uma estratégia de mobilização e orientação que chegará a 20 municípios para fortalecer o desenvolvimento das

	<p>Políticas de Primeira Infância em 02 estados específicos;</p> <p>4. Produção de dados exclusivos sobre as políticas da Primeira Infância no Brasil a fim de apoiar e fomentar a cobertura estratégica da grande mídia.</p>
	<p>EXECUÇÃO: As ações planejadas para 2021 abarcam as demandas a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Elaboração e pactuação de parâmetros para o processo de seleção dos membros da rede interessados em fazer essa representação; ❖ Elaboração e divulgação do relatório final relativo aos quatro anos de gestão da ANDI à frente da Secretaria Executiva da RNPI (2018-2021); ❖ Apoio ao processo de transição da Secretaria Executiva da RNPI, visando facilitar a gestão institucional e técnica da rede por parte da nova equipe; ❖ Produção de três conjuntos de dados com grande potencial de impacto referentes à Primeira Infância e realização de ampla mobilização da mídia brasileira em torno dessas informações; ❖ Desenvolvimento e divulgação de estudo sobre os impactos socioeconômicos da pandemia do novo Coronavírus sobre a Primeira Infância, tomando como base dados gerados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como a pesquisa PNAD-Covid; ❖ Implementação de edição com 03 meses de duração do curso sobre a formulação de Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPis); ❖ Desenvolvimento e implementação de estratégia de mobilização, orientação e acompanhamento continuado de lideranças municipais com vistas à formulação de Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPi); ❖ Planejamento e implementação no âmbito do Congresso Nacional de 05 Diálogos sobre temas estratégicos para a agenda da Primeira Infância, reunindo parlamentares e especialistas; ❖ Elaboração de um plano de ação estratégico em parceria com a Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância; ❖ Monitoramento permanente dos trâmites legislativos com foco em projetos de lei, emendas constitucionais e outras propostas relativas à agenda da Primeira Infância, incluindo a produção de Notas Técnicas e de recomendações escritas dirigidas ao parlamentares e/ou aos órgãos do Executivo Federal responsáveis pelas políticas de Primeira Infância; ❖ Promoção de evento especial (Sessão Solene ou

	similar) no Plenário da Câmara dos Deputados, com pronunciamentos de parlamentares e especialistas sobre o tema “A Primeira Infância Brasileira Pós-Pandemia: O que Devemos Fazer por Ela”.
	AVALIAÇÃO: A avaliação do projeto será concluída ao final de sua execução, tendo por base os resultados oriundos das ações desenvolvidas.
	MONITORAMENTO: O monitoramento do projeto envolve a supervisão das atividades realizadas por meio de planilhas e relatórios técnicos.

Projeto: SDG HappyChild – Workshops Regionais com Radialistas	
Público-alvo	❖ Radialistas
Capacidade de atendimento	300 profissionais
Financiador	PNUD
Recursos financeiros a serem utilizados	R\$ 205.986,00
Recursos humanos envolvidos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Equipe da ANDI; ❖ Webdesigner; ❖ Técnico para plataforma; ❖ Especialistas; ❖ Radialista; ❖ Jornalistas; ❖ Assistente de redação; ❖ Revisor.
Abrangência territorial	Nacional
Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano	<p>ELABORAÇÃO: O projeto foi elaborado com o intuito de qualificar radialistas em todo o território nacional na produção de conteúdos voltados para a temática da primeira Infância por meio da realização de oficinas <i>online</i> ministradas por especialistas reconhecidos no tema. A proposta inclui a produção de material de apoio para que a qualificação seja continuada, mas respeitando as especificidades de cada região brasileira. A capacitação objetiva também a garantia de que os radialistas recebam conteúdo especializado sobre os principais tópicos que compõem a agenda da Primeira Infância de maneira que se interessem e reconheçam a importância do tema. Além disso, espera-se que, conseqüentemente, eles possam produzir reportagens e entrevistas em suas rádios sobre o assunto, potencializando seu alcance e capilaridade no território brasileiro.</p> <p>EXECUÇÃO: Para a implementação do projeto, estão previstas as seguintes ações:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Realização de oficinas para radialistas nas cinco regiões brasileiras; ❖ Elaboração de Guia de cobertura jornalística sobre primeira infância com 60 páginas e dez temas; ❖ Produção e gravação de 10 spots de rádio; ❖ <p>AVALIAÇÃO: A avaliação será realizada por meio da elaboração do relatório final composto por análise de impacto, resultados alcançados e lições aprendidas a partir das atividades desenvolvidas ao longo do projeto.</p> <p>MONITORAMENTO: O monitoramento das ações tem como base os relatórios técnicos de acompanhamento.</p>
--	---

Projeto: SDG HappyChild	
Público-alvo	❖ Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância do Ministério da Cidadania
Capacidade de atendimento	O projeto não envolve ações de atendimento direto a beneficiários, mas contribui para beneficiar a população entre zero e seis anos.
Financiador	PNUD
Recursos financeiros a serem utilizados	R\$ 99.980,00
Recursos humanos envolvidos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Equipe da ANDI; ❖ Webdesigner; ❖ Técnico para plataforma; ❖ Especialistas; ❖ Revisor.
Abrangência territorial	Nacional
Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano	ELABORAÇÃO: O projeto foi elaborado com o intuito de construir uma metodologia, a ser validada e adotada pela Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância do Ministério da Cidadania, com vistas à identificação, ao incentivo e ao reconhecimento público de municipalidades que venham investindo de forma consistente em ações e programas dirigidos às crianças de 0 a 6 anos. Este processo de reconhecimento e certificação de municipalidades empenhadas com a agenda da população abaixo dos 6 anos de idade deve gerar impactos a curto, médio e longo prazo. De forma mais imediata, se espera registrar ainda maior motivação entre os agentes públicos em priorizar ações e programas que beneficiam essa faixa etária, o que pode se refletir em ampliação de cobertura e qualificação do atendimento (inclusive no que se refere especificamente à execução do Programa Criança Feliz nos territórios) e um significativo aumento na quantidade de localidades com seus Planos Municipais pela Primeira Infância devidamente

	<p>formulados. O efeito demonstrado gerado pela iniciativa também tende a estimular outros municípios a procurarem habilitar-se a receber, em um futuro próximo, a certificação concedida pelo Ministério da Cidadania.</p>
	<p>EXECUÇÃO: Para a implementação do projeto, estão previstas as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Mapeamento de 10 iniciativas voltadas ao reconhecimento de boas práticas na gestão pública, com foco na garantia dos direitos de crianças e adolescentes, realizadas no território brasileiro, selecionadas em conjunto com o Ministério da Cidadania; ❖ Desenvolvimento de metodologia de certificação que reúna um conjunto de critérios para aplicação no processo de avaliação dos municípios candidatos à certificação; ❖ Elaboração de manual para a implementação da metodologia: será redigido pela ANDI documento descrevendo o processo de aplicação dos diversos instrumentos de avaliação que integrarão a nova ferramenta de certificação dos municípios voltada à garantia dos direitos na primeira infância.
	<p>AVALIAÇÃO: A avaliação será realizada por meio da elaboração do relatório final composto por análise de impacto e resultados alcançados a partir das atividades desenvolvidas ao longo do projeto.</p>
	<p>MONITORAMENTO: O monitoramento das ações tem como base os relatórios técnicos de acompanhamento.</p>

Projeto: Justice and Child Well Being Case Studies	
Público-alvo	❖ Jornalistas.
Capacidade de atendimento	O projeto não envolve ações de atendimento direto a beneficiários, mas contribui para favorecer a população correspondente à faixa etária até seis anos.
Financiador	Open Society Foundations
Recursos financeiros a serem utilizados	R\$ 358.600,00
Recursos humanos envolvidos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Equipe da ANDI ❖ Consultores ❖ Tradutor
Abrangência territorial	Mundial
Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as	<p>ELABORAÇÃO: O projeto tem como objetivo oferecer subsídios para o debate em torno da experiência brasileira relacionada ao Sistema de Justiça e à Primeira Infância.</p> <p>EXECUÇÃO: As ações previstas para o ano de 2021</p>

etapas do plano	<p>são:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Realização de pesquisa qualitativa com magistrados e magistradas de diferentes regiões do país, sobre os condicionantes presentes na concessão ou não concessão da prisão domiciliar a mulheres e adolescentes grávidas e/ou mães de crianças de até 12 anos presas preventivamente; ❖ Elaboração do Guia prático para jornalistas sobre temáticas da agenda Justiça e Primeira Infância/HC coletivo; ❖ Realização de oficina para jornalistas sobre Justiça e Primeira Infância/ HC coletivo; ❖ Realização de webinar de capacitação dirigido às assessorias de comunicação de Tribunais de Justiça, Ministérios Públicos e Defensorias Públicas sobre Justiça e Primeira Infância/ HC coletivo; ❖ Realização de webinar para comunidade lusófona sobre Justiça e Primeira Infância no Brasil;
	<p>AVALIAÇÃO: A avaliação dos resultados obtidos só ocorrerá após a finalização do projeto.</p>
	<p>MONITORAMENTO: As ações previstas pelo projeto são monitoradas por meio de planilha de acompanhamento atualizada conforme as ações são iniciadas, desenvolvidas e concluídas.</p>

Projeto: Piores Formas de Trabalho Infantil – Um Guia para Jornalistas 2ª Edição	
Público-alvo	❖ Jornalistas e comunicadores
Capacidade de atendimento	A capacidade de atendimento não pode ser mensurada uma vez que o público-alvo é formado por comunicadores, podendo afetar direta e indiretamente um número expressivo de pessoas.
Financiador	Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Recursos financeiros a serem utilizados	R\$ 57.300,00
Recursos humanos envolvidos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Coordenador; ❖ Jornalista; ❖ Editor; ❖ Revisor; ❖ Assistente de pesquisa; ❖ Designer gráfico; ❖ Equipe da ANDI; ❖ Consultores.
Abrangência territorial	Nacional

<p>Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano</p>	<p>ELABORAÇÃO: Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) declarou 2021 como o Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, cabendo à OIT a liderança na sua implementação. Entre as estratégias de sensibilização e mobilização da opinião pública para a relevância e a urgência do debate sobre a erradicação do trabalho infantil, em especial as piores formas, está o lançamento, no primeiro semestre de 2021, de uma versão revista e atualizada do <i>Guia para Jornalistas sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil</i>, material produzido em 2007 pela OIT em parceria com ANDI. O objetivo é que a nova versão do Guia apresente o panorama atual relativo ao trabalho infantil no Brasil, bem como ofereça aos profissionais de comunicação orientações sobre como abordar e dialogar com crianças e adolescentes; como preservar a identidade de meninos e meninas nos textos sobre violação de direitos, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); e facilitar o acesso às principais fontes de informação sobre o assunto no país.</p>
	<p>EXECUÇÃO: O plano de ação para o ano de 2021 abarca as demandas a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Revisar e atualizar o Guia para Jornalistas sobre as piores formas de trabalho infantil. Para isso, seguirá as seguintes etapas: <ul style="list-style-type: none"> ❖ Revisão e edição do primeiro guia; ❖ Atualização das fontes de informação e seus respectivos meios de contato; ❖ Elaboração de novo projeto e diagramação.
	<p>AVALIAÇÃO: A avaliação dos resultados obtidos ocorrerá após a finalização do projeto com base nas planilhas de monitoramento das ações realizadas.</p>
	<p>MONITORAMENTO: O monitoramento das ações previstas pelo projeto é feito por meio de planilha de acompanhamento atualizada conforme as ações são iniciadas, desenvolvidas e concluídas.</p>

<p>Projeto: As Eleições Presidenciais de 2022 e a Garantia dos Direitos da Infância e da Adolescência</p>	
<p>Público-alvo</p>	<p>❖ Pré-candidatos à Presidência da República</p>
<p>Capacidade de atendimento</p>	<p>Projeta-se que a capacidade de atendimento seja exponencial, uma vez que não se pode mensurar o número de beneficiados pelo projeto.</p>
<p>Financiador</p>	<p>Instituto Alana</p>
<p>Recursos financeiros a serem utilizados</p>	<p>R\$ 83.700,00</p>

Recursos humanos envolvidos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Equipe da ANDI; ❖ Entidades parceiras
Abrangência territorial	Nacional
Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano	<p>ELABORAÇÃO: A proposta deste projeto é que se tome conhecimento sobre aprendizados de outras iniciativas já realizadas no Brasil no campo da incidência em planos de governo de candidatos à Presidência da República, aos governos estaduais e às prefeituras, além de identificar aliados institucionais e técnicos, para assegurar a representatividade dos diversos setores em temas relacionados à agenda dos direitos da criança e do adolescente na formulação de um Plano de Trabalho.</p>
	<p>EXECUÇÃO: O plano de ação para o ano de 2021 abarca as demandas a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Mapeamento de iniciativas afins, identificando os seguintes aspectos: Foco temático; Esfera de governo e unidade da federação mobilizada; Período de implementação; Organização responsável e parceiros; Existência de relatórios descritivos e/ou avaliativos; ❖ Análise detalhada de até 10 experiências, investigando aspectos como resultados alcançados, dificuldades enfrentadas e recomendações/reflexões produzidas sobre o processo de implementação; ❖ Elaboração de documento síntese, apresentando: relação de todas as iniciativas mapeadas e suas principais características; principais conclusões do levantamento realizado e sugestões para formulação e implementação do novo projeto. ❖ Levantamento de potenciais parceiros para o projeto; ❖ Formulação de versão preliminar de plano de trabalho.
	<p>AVALIAÇÃO: A avaliação da iniciativa será realizada como etapa final, após a conclusão do projeto, com base nos resultados obtidos.</p>
	<p>MONITORAMENTO: O acompanhamento do projeto se dará por meio de planilha de monitoramento das ações, bem como dos resultados do plano de trabalho.</p>

Projeto: Ampliação e Diversificação dos Recursos Didáticos + Tutoria para Curso à Distância sobre Direitos da Criança e do Adolescente, Dirigido a Jornalistas e Comunicadores	
Público-alvo	❖ Jornalistas, estudantes e comunicadores
Capacidade de atendimento	O curso será oferecido inicialmente a pelo menos cem alunos.
Financiador	Instituto Arcor
Recursos financeiros a serem utilizados	R\$ 64.298,43

Recursos humanos envolvidos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Supervisão geral; ❖ Coordenação do projeto; ❖ Assistente financeiro.
Abrangência territorial	Nacional
Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano	<p>ELABORAÇÃO: A proposta do projeto foi desenvolvida pela equipe da ANDI – Comunicação e Direitos a convite do Instituto Arcor Brasil, e apresenta o conjunto de atividades a serem realizadas com relação ao curso à distância <i>A infância no cento da pauta: um curso para jornalistas e comunicadores</i>. O conteúdo didático será desenvolvido pela ANDI, no contexto de projeto anterior firmado com o Instituto Arcor e disponibilizado na plataforma de cursos do instituto.</p> <p>EXECUÇÃO: O plano de ação para o ano de 2021 abarca as demandas a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Revisão da estrutura do conteúdo dos cinco módulos didáticos; ❖ Busca ativa e finalização de dez vídeos (português); ❖ Busca ativa e finalização de dez vídeos (espanhol); ❖ Desenvolvimento de roteiros para vídeos de abertura dos cinco módulos didáticos; ❖ Gravação dos vídeos de abertura dos cinco módulos (português); ❖ Tutoria para a nova edição do curso (português). <p>AVALIAÇÃO: A avaliação do projeto tem como base o resultado alcançado durante o monitoramento do desempenho dos alunos, bem como as certificações por eles obtidas.</p> <p>MONITORAMENTO: O projeto será monitorado mediante a avaliação do desempenho dos alunos, bem como da produção do certificado digital pela ANDI.</p>